

VISÃO DO CORREIO

PCC, CV e a exigência de reorganização interna

Passado o impacto do enquadramento do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas pelo governo de Donald Trump, não se escutou de nenhum especialista sério de que foi uma medida capaz de possibilitar aos brasileiros fechar essas chagas. Ao contrário. Nas entrevistas que se seguiram em análise da situação, houve uma unanimidade: a decisão enfraquece a guerra contra o crime organizado, pois a retira do âmbito de quem entende e a remete a organismos que nunca conseguiram resultados efetivos no combate aos cartéis das drogas.

Eleitoralmente, serviu para a direita brasileira desfiar o surrado rosário de soluções rasas, barulhentas e brutais. Para a esquerda e o governo, restaram duas certezas: a primeira, de que a histórica ingenuidade acadêmica é, hoje, indefensável e nada pragmática; a segunda, de que custou-se a perceber que mais do que a economia, é a violência que apavora há muito tempo a maior parcela dos brasileiros.

Uma das vozes mais contundentes contra a decisão do governo Trump é o promotor de Justiça Lincoln Gakia. Há pelo menos 20 anos, investiga o PCC e está marcado para morrer pela facção. No livro *O Brasil livre das máfias*, do qual é coautor com o jurista Walfrido Warde, há uma definição sobre o que são essas organizações criminosas. De tão cristalina, só não é compreendida por quem não quer.

“O crime organizado do dia de hoje é atividade econômica organizada, é uma empresa, com vistas à obtenção de lucros, por meio da prática sistemática e profissional de crimes. O crime organizado de tipo mafioso se tornou uma estrutura dos sistemas político, econômico e social, que decorre da incapacidade do Estado de prover segurança, justiça e bem-estar, e que se desenvolve na simbiose entre mercados lícitos e ilícitos, corrupção institucional e fragilidades socioeconômicas” (página 70).

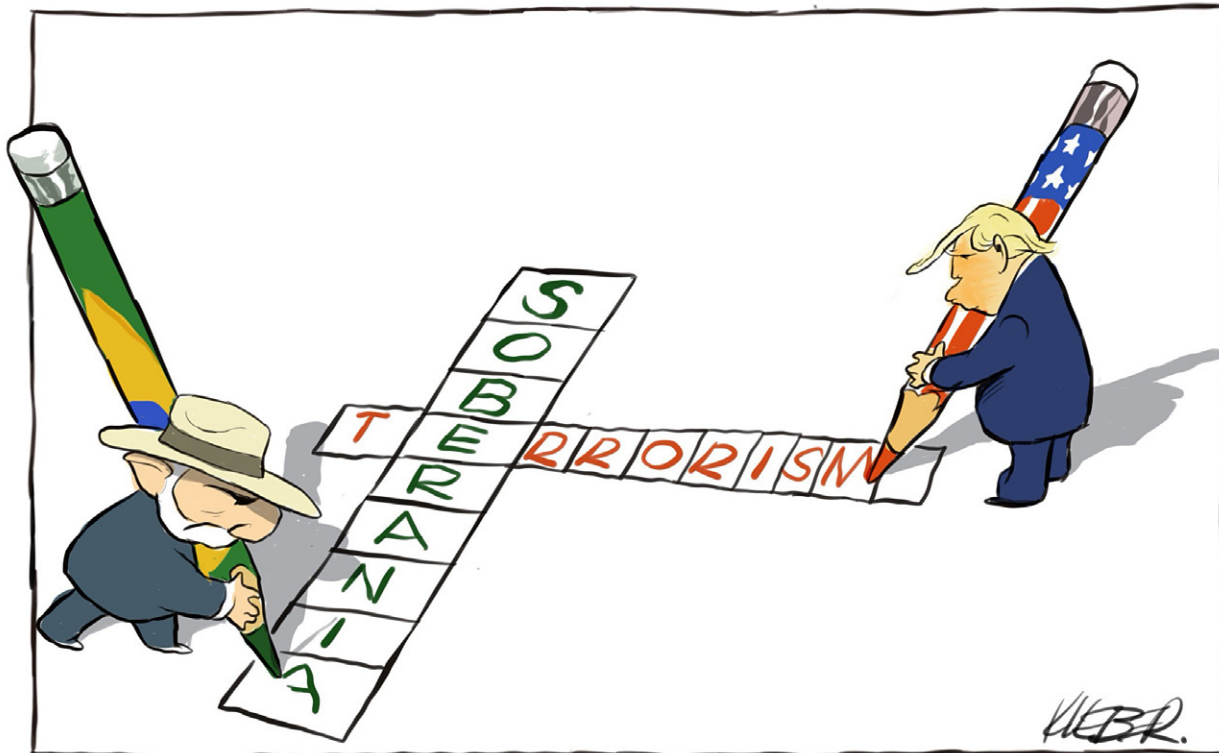
Outro jurista, Walter Fanganiello Maierovitch,

expõe de modo definitivo o oportunismo político norte-americano com a chamada “guerra às drogas” no livro *Máfia, poder e antimáfia*. Mostra, nas páginas 195 e 196, como “a War on Drugs começou em decorrência de uma situação politicamente embaraçosa para o então presidente norte-americano Richard Nixon”, em razão de os combatentes no Vietnã voltarem para casa dependentes da heroína asiática, para uma ampliação conduzida por Ronald Reagan, legitimando os EUA “a dar combate às drogas, sem respeitar fronteiras”.

A extensão dos efeitos do enquadramento do PCC e do CV como organizações terroristas ainda está sendo descortinada. Mas é fácil perceber, primeiramente, que tornou-se um supertrunfo nas relações entre EUA e Brasil. Ostensivamente, aumenta a pressão para o afastamento paulatino da China — nosso maior parceiro comercial — e rebaixa as negociações comerciais a um nível que indica sujeição. A ampliação do alinhamento ideológico do Ocidente aos ditames de Washington é pilar da política externa dos EUA.

O passo atrás representa a necessidade de rápida reorganização das instituições nacionais. Para evitar o congelamento de acordos de cooperação e trocas de informações entre os dois países, a diplomacia brasileira terá de dobrar o expediente junto ao Departamento de Estado e mostrar avanços concretos contra as duas facções. Isso forçará a articulação do Palácio do Planalto a demonstrar maior efetividade em fazer andar a PEC da Segurança. Parada no Senado, está ao sabor dos humores do presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que sequer a distribuiu para análise nas comissões.

Esse esforço não inclui somente o governo. Tal como no tarifaço de 50%, as instituições afetadas terão de entrar em campo. Aqui, há um grande peso sobre a Faria Lima, por conta da participação no Sistema SWIFT, de rastreamento monetário. Há muito que seus executivos sabem que baixa credibilidade, opacidade e insegurança não combinam com investimentos. Agora, terão de fazer disso um mantra por obra e graça do governo Trump.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Facções 1

Um quarto da população brasileira vive em áreas controladas pelo tráfico; o Brasil está entre os países mais violentos do mundo; o número de assassinatos no Brasil é alarmante; mas o governo, a esquerda, não quer que os dois maiores grupos do crime organizado — Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) — sejam declarados grupos terroristas. Por que essa postura? A sociedade precisa de uma justificativa consistente e convincente.

» José Augusto de Oliveira

Brasília

Facções 2

Alguns ex-governadores e um ex-presidenciável vieram a público parabenizar a iniciativa de um dos pré-candidatos à Presidência por sua defesa de uma possível intervenção de um Estado estrangeiro no combate ao crime organizado no território nacional. O que causa estranheza, pois são os mesmos que, ao criticarem a PEC da Segurança Pública, afirmam tratar-se de uma “intromissão” da União nos estados federativos, sob o argumento de que estes conhecem melhor as realidades locais. Não obstante, daqueles que defendem tal medida não se ouviu uma palavra sobre as milícias, sobre o tráfico de armas oriundas daquele Estado estrangeiro, nem sobre o megaempresário residente — e foragido — naquele mesmo território estrangeiro.

» Daniel Cunha

Águas Claras

Morte de JK

É triste! A democracia que JK ajudou a construir foi a mesma que permitiu que sua morte fosse abafada, manipulada e empurrada para longe da memória coletiva. O pior é que pode ter sido resultado de um crime político escondido por décadas. Infelizmente, as versões oficiais nunca explicaram nada, apenas silenciaram.

» Paccelli M. Zahler

Sudoeste

Seleção

Ancelotti diz que Neymar fica. Que decepção! Ancelotti conhece muito de futebol, mas se deixou levar pelo “jeitinho brasileiro”. Não consigo entender qual é a dificuldade em entender que Seleção de futebol é momento, não é empresa que se baseia nos currículos. Foi por esse pensamento de ficar no currículo de cada jogador que perdemos a Copa de 2006. Parreira não teve peito para barrar medalhões já ultrapassados, e deu no que deu.

» Vinícius Rocha

Brasília

Cera no futebol

A Fifa anunciou recentemente regras que introduzem medidas para combater a “cera”, acelerar as partidas e dar mais autoridade aos árbitros, com o objetivo de garantir a dinâmica e a justiça do jogo. Poderia, também,



ANA DUBEUX

anadubeux.df@dabr.com.br

Para que serve a política?

A verdadeira política sobrevive ao proselitismo. Ela deve estar além de alinhamento partidário-ideológico e existir para o seu fim: trazer benefícios reais às pessoas. O acordo firmado, na última quinta-feira, entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e a União, que permite ao BRB adquirir um empréstimo de R\$ 6,5 bilhões do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mostra mais do que costumamos ver na política: uma prova de que o governo federal existe também para socorrer os entes federativos, independentemente da relação entre o presidente da República e as forças que elegeram e sustentaram a chapa Ibaneis Rocha-Celina Leão.

A postura institucional do governo Lula, que contou com o empenho do Supremo Tribunal Federal para superar limitações jurídicas, será essencial para recompor a liquidez do banco e conter a fase mais aguda da crise do BRB, evitando o colapso do banco e sem comprometer ainda mais os recursos do contribuinte. Essa engenharia político-financeira-jurídica que tornou o acordo possível deve ser comemorada não só pelo efeito em si, mas pelo resgate do sentido real da política. Em situações extremas, não há adversários políticos. Deveria ser assim sempre, mas não é. Ponto para o presidente Lula, que sai do imbróglia BRB com postura de estadista.

Sabemos que o prejuízo do BRB supera em muito o valor do empréstimo. Sabemos, também, que o acordo não significa um referendo de proteção a qualquer custo. E o mais importante: não apaga o esquema criminoso que drenou o dinheiro do banco, do cliente e do contribuinte para uma operação fraudulenta que se tornou um dos maiores escândalos financeiros do país. As apurações estão em curso, e de nada adianta salvar um banco se não punir de forma exemplar quem praticou o crime.

Isso caberá às autoridades policiais e à Justiça.

Mais do que nunca, precisamos dar nome às coisas e aos feitos. Batizar e reconhecer ações, propósitos e sentidos. Resgatar o real significado da política. Pensei muito nisso quando fizemos aqui no **Correio**, na semana passada, um evento sobre desinformação. Nada é mais necessário do que restabelecer a verdade, aquela que está além da interpretação, da análise e da opinião, ainda que tudo isso seja necessário para um jornalismo de qualidade e, sobretudo, para o fortalecimento da democracia.

Fazer política é, antes de tudo, um exercício de cidadania, não um atalho para enriquecer. Esse pensamento é bastante lógico, mas não sobrevive nos meandros do poder. O escândalo Master-BRB legou ao eleitor do Distrito Federal um novo baque, com graves indícios de corrupção e danos que afetam a todos os brasileiros. Afinal, o Banco de Brasília é um patrimônio da cidade; tem uma missão histórica anterior à chegada daqueles que praticaram gestão criminosa e rapinagem na instituição.

A tragédia que se abateu sobre o BRB traz lições relevantes. Ajuda a distinguir aqueles que estão comprometidos com o futuro do Distrito Federal daqueles que buscam o poder a qualquer custo. Na política como na vida, os maiores ensinamentos vêm nas mais graves crises. E não se pode negar que, no caso do BRB, ficou fácil identificar quem procura resolver o problema e quem prefere ver o circo pegar fogo.

Esperamos que os candidatos ao próximo governo no DF se esforcem para oferecer propostas que sejam o melhor para o Distrito Federal. Brasília, sempre visada e muitas vezes injustiçada, é uma vitrine permanente para o país. Chega de provincianismo e machismo na nossa política.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS*
			SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br